



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA - S. PAULO

PARAGRAFO 2º. Nas cessões de direitos a aquisição será deduzido da base de calculo o valor ainda não pago pelo cedente.

ARTIGO 9º. - Para efeitos de recolhimento de imposto, deverá ser utilizado o valor constante do instrumento de transmissão ou cessão.

PARÁGRAFO 1º. Prevalecerá o valor venal do imóvel apurado no exercício com base na Planta Genérica de Valores do Município, quando o valor referido no "caput" for inferior.

PARAGRAFO 2º. O valor alcançado na forma do parágrafo anterior, deverá ser atualizado periodicamente pelo Executivo.

PARÁGRAFO 3º. Em caso de imóvel rural os valores referidos no "caput" não poderá serão inferiores ao valor fundiário devidamente atualizado, aplicando-se, se for o caso, os índices da correção monetária à data do recolhimento do imposto.

PARÁGRAFO 4º. Na arrematação, na adjudicação e na remição de bens imóveis, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação ou o preço pago, se este for maior.

PARÁGRAFO 5º. Nos casos de divisão do patrimônio comum, partilha ou extinção de condomínio, a base de cálculo será o valor da fração ideal superior à meação ou à parte ideal.

PARÁGRAFO 6º. Nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis, usufruto, enfiteuse, subenfiteuse e na cessão de direitos e acessão física, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico.

PARAGRAFO 7º. O valor mínimo fixado para as transmissões referidas no parágrafo anterior é o seguinte:

- I - Nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis, a base de cálculo será o valor do negócio ou 30% (trinta por cento) do valor do imóvel, se maior;
- II - No usufruto e na cessão de seus direitos, a base de cálculo será o valor do negócio do negócio jurídico ou 70% (setenta por cento) do valor venal do imóvel, se maior
- III - Na enfiteuse e ubenfiteuse, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 80% (oitenta por cento) do valor venal do imóvel, se maior;
- IV - No caso de acessão física, será o valor da indenização;
- V - Na concessão de direito real de uso, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 40% (quarenta por cento) do valor venal do imóvel, se maior.